

## Apoio a microempresas terá US\$ 1 bi do BID

O BNDES contará com garantia da União para contratar empréstimo de US\$ 1 bilhão no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com o objetivo de financiar programa de apoio às micro, pequenas e médias empresas. Mensagem nesse sentido foi aprovada ontem na Comissão de Assuntos Econômicos.



**EFEITO** Relator da proposta, Osmar Dias (à esquerda, com Fernando Bezerra) destaca benefícios às microempresas

Página 7

## Comissão Mista de Orçamento aprova LDO

A Comissão de Orçamento aprovou ontem a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006. Hoje, devem ser votados os destaques de emendas. A decisão foi possível diante da promessa do governo de atender reivindicações dos agricultores – o que levou a bancada ruralista a suspender sua obstrução na comissão.

Página 6

# VALÉRIO ENTREGA LISTAS À CPI

Empresário diz que financiar partidos nas eleições é prática comum entre empresas de publicidade

**A**o depor ontem à CPI do Mensalão, o empresário Marcos Valério Fernandes de Souza encaminhou à Mesa dos trabalhos uma lista contendo os nomes de 31 pessoas autorizadas a fazer saques nas contas bancárias de suas empresas. Na relação, que também já foi entregue ao Ministério Público, estão discriminados os valores que couberam a cada um. Marcos Valério apresentou ainda uma lista com 79 saques feitos por ocasião das eleições de 1998, quando o senador Eduardo Azeredo, do PSDB, foi candidato ao governo de Minas Gerais.

## Começa processo de cassação de deputados

A Câmara dos Deputados inicia hoje o processo de cassação dos deputados José Dirceu, Sandro Mabel, Romeu Queiroz e Francisco Gonçalves. O anúncio foi feito pelo deputado Ricardo Izar, que preside o Conselho de Ética da Casa. Os parlamentares citados poderão renunciar aos seus mandatos até as 15h de hoje.

Páginas 3 a 5



**RUÍNA** Marcos Valério acusa Delúbio e Dirceu de destruírem sua vida pessoal e empresarial

## CPI dos Correios aprova convocação de Gushiken

Luiz Gushiken, ex-ministro da Secretaria de Comunicação e atual chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, deve depor na CPI dos Correios. Requerimento nesse sentido foi aprovado ontem pela comissão, que pretende ouvir também Kátia Rabello, presidente do Banco Rural, em que foram feitos os saques supostamente destinados ao pagamento do "mensalão" a deputados. Outra convocação aprovada é a do tesoureiro informal do PTB, Emerson Palmieri, que teria ido a Portugal com Marcos Valério negociar suposta ajuda financeira da Portugal Telecom ao PT e ao PTB.

Sócio de publicitário será ouvido em reunião conjunta

As CPIs do Mensalão e dos Correios vão trabalhar em conjunto hoje para ouvir o empresário Cristiano Paz, sócio de Valério.

Página 4



**NEGATIVA** Buratti (E) depõe e diz que não se propôs a intermediar negócio com a Caixa

## Efraim quer acareação

Quem está mentindo: Buratti ou ex-dirigentes da Gtech? Para senador, só acareação pode eliminar dúvidas.

Página 4

Página 4



Jane Araújo



**COMPROMISSO** Para José Jorge, o governo deve fazer os investimentos previstos para o complexo portuário

## José Jorge cobra recursos para o porto de Suape

Ao destacar a importância do Complexo Industrial Portuário de Suape para o estado de Pernambuco, e preocupado com o futuro do projeto, o senador José Jorge (PFL-PE) cobrou do governo federal a liberação de recursos para sua continuidade. Ele avaliou que, desde a sua fundação, em 1975, até hoje, nunca uma administração federal tinha sido tão displicente em relação a Suape.

– As obras e serviços para lá planejados estão a reclamar uma atitude de maior respeito aos compromissos assumidos, mais objetividade, transparência e profissionalismo das autoridades – ressaltou.

De acordo com o líder da Minoria, nenhum repasse foi realizado no primeiro ano da gestão do presidente Lula. Aportes pequenos, observou ele, só começaram a ser liberados em meados de 2004.

– Hoje, faltando minguados 18 meses para o término da atual administração federal, as transferências efetuadas estancaram em R\$ 23 milhões – disse José Jorge, considerando a cifra muito aquém das necessidades apontadas na programação de investimentos do complexo.



# Agenda

## Agenda do Plenário

Às 11h, o Congresso deve promulgar a emenda constitucional que prevê a criação de um Plano Plurianual de Cultura, com a presença, entre outros, do ministro da

Cultura, Gilberto Gil. Às 14h, o Plenário do Senado promove sessão ordinária para analisar as medidas provisórias que trancam a pauta dos trabalhos.

## Presidente discute reformas política e universitária

Às 10h45, o presidente do Senado, Renan Calheiros, discute a reforma eleitoral com os líderes partidários. Renan tem ainda audiência às 12h com o presidente da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior, reitores e representantes do setor; às 12h30, discute a

extensão da licença-maternidade com a senadora Patrícia Saboya (sem partido-CE) e convidados; às 15h, ouve representantes das agências de publicidade; e, às 16h, recebe a proposta de agenda mínima elaborada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

## Cristiano Paz, um dos donos da SMP&B, depõe nas CPIs

O sócio de Marcos Valério na agência de publicidade SMP&B, Cristiano Paz, depõe em reunião

conjunta das CPIs dos Correios e do Mensalão, às 11h30. A agência foi utilizada para repassar a

políticos recursos que seriam oriundos de empréstimos feitos por Marcos Valério ao PT.

## CPI dos Bingos ouve acusados de receber dinheiro da Gtech

A CPI dos Bingos ouve, às 11h30, os sócios da MM Consultoria, Marcelo Coelho Aguiar e Walter Santos Neto. A empresa teria recebido recursos da multinacional de jogos Gtech, que negociava a renovação do contrato para

a exploração das loterias da Caixa Econômica Federal. Há denúncias de que Waldomiro Diniz, ex-assessor da Casa Civil, pediu propina à Gtech para que o Partido dos Trabalhadores facilitasse a renovação do contrato.



## Citricultura é debatida em audiência

A concentração da citricultura em algumas regiões brasileiras é o tema da audiência pública das comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Assuntos Econômicos (CAE), que promovem reunião conjunta às 9h30. Entre os

convidados, estão os secretários de Defesa de Direito Econômico, Daniel Krepel Goldberg, e de Acompanhamento Econômico, Hélio Tokeshi, além de representantes dos citricultores e de trabalhadores do setor.

### Reunião da CCJ às 10h

Entre as propostas discutidas pela Comissão de Justiça (CCJ), que se reúne às 10h, está o projeto que obriga a distinção entre os preços dos produtos e dos tributos incidentes sobre eles (PLS 195/04), além da medida que cria a Agência Nacional de Aviação Civil (PLS 62/04) e das propostas que alteram o Código de Processo Civil.

### Encontro sobre software livre

O Auditório Petrônio Portella, do Senado, sedia o 1º Encontro Federal de Software Livre para Municípios, iniciativa da Frente Parlamentar Mista pelo Software Livre e Inclusão Digital com outras instituições. As apresentações de hoje, a partir das 9h, discutem as influências do software livre na gestão educacional e na assistência social, entre outros temas.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)



Rosevelt Pinheiro

**DESATENÇÃO** Demora na recriação da Sudene foi apontada por César Borges como descaso com a região

## César Borges: "Lula é negligente com o Nordeste"

O senador César Borges (PFL-BA) afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva “tem tido com o Nordeste uma desatenção quase criminosa”. O parlamentar citou como exemplos de negligência a ameaça de interrupção no fornecimento de gás para a região e o projeto de recriação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que ainda não foi aprovado no Congresso.

César Borges ressaltou que a Bahia pode estar sob ameaça de interrupção no fornecimento de gás, o que, segundo ele, levaria à paralisação das atividades de várias indústrias locais.

– O presidente prometeu que seria construído o Gasene, gasoduto que ligaria o Sudeste e o Nordeste, trazendo gás proveniente da Bolívia. Mas hoje a Bahia está sob ameaça de colapso no fornecimento, enquanto a construção do Gasene foi postergada – ressaltou.

### Biodiesel

O senador criticou declaração do presidente Lula, em visita ao Piauí, de que o incentivo do seu governo ao biodiesel se equipara aos esforços de Getúlio Vargas para criar a Petrobras.

– Lula se esqueceu de dizer que ainda não foi comprovada a viabilidade econômica do biodiesel – comentou.

## Retificação

Na matéria que o **Jornal do Senado** publicou ontem na página 8 sobre o *Manual do Vereador*, Mônica Monteiro é identificada como diretora do Portal Interlegis. Mônica, na verdade, é editora do portal, que está divulgando documento com orientações sobre a organização de um município e o processo legislativo municipal. O manual pode ser visto em [www.interlegis.gov.br](http://www.interlegis.gov.br).

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros  
**1º Secretário:** Efraim Moraes  
**2º Secretário:** João Alberto Souza  
**3º Secretário:** Paulo Octávio  
**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos  
**Suplentes de Secretário:** Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 3311-1620  
**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 3311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670  
**Edição:** Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.  
*Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações*





Empresário diz que tomou empréstimos para o PT porque Delúbio Soares lhe garantiu ter "aval superior" do então ministro José Dirceu. Ele assegura que dívida atinge, hoje, R\$ 100 milhões, e que pretende reaver o dinheiro, nem que seja na Justiça

# Valério nega "mensalão" e sustenta empréstimo

Ao depor ontem na CPI do Mensalão, o empresário Marcos Valério admitiu ter incorrido em erros, mas não reconheceu ter cometido crimes, porque "financiar partidos políticos, em especial durante as campanhas eleitorais, é prática usual das empresas de publicidade".

O empresário garantiu não acreditar na existência do "mensalão". Ele disse que "Delúbio Soares e José Dirceu destruíram sua vida pessoal e empresarial".

– Não morro de amores por José Dirceu. Concordo em gênero, número e grau com quem

afirma que ele é prepotente. Mas, como ministro da Casa Civil, ele representava o aval superior de que eu precisava para garantir que os empréstimos feitos por minhas empresas seriam devidamente pagos.

Valério confirmou ter feito seis empréstimos, a partir de 2003, no Banco Rural e no BMG, no valor de R\$ 55 milhões, que repassou ao então tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Segundo informou, o partido lhe deve, hoje, R\$ 100 milhões, que, afirmou, pretende reaver, mesmo que seja na Justiça.

Respondendo ao relator, de-

putado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), Valério disse que aceitou fazer empréstimos vultosos destinados a uma pessoa sem renda ou patrimônio como Delúbio porque este garantiu ter "aval superior" de Dirceu.

O empresário salientou que o dinheiro era destinado a pagar dívidas de campanha do PT, e até mesmo despesas da festa da posse do presidente Lula. Disse que não participou das campanhas de 2002 e somente iniciou tratativas com o PT em 2003. Ele admitiu ter participado da campanha do PSDB de Minas Gerais nas eleições de 1998.

## Empresário confirma repasse de R\$ 15 milhões

O empresário Marcos Valério disse à CPI do Mensalão que o policial Davi Rodrigues Alves mentiu quando negou à CPI dos Correios ter repassado ao publicitário Duda Mendonça, ou para a sócia deste, Zilmar Fernandes da Silveira, os R\$ 15 milhões sacados da conta da agência SMP&B, de sua propriedade.

– Davi Rodrigues mentiu, nunca visitou minhas empresas. Ele estava, sim, a serviço de Duda Mendonça e de Zilmar Fernandes. A autorização para o saque saiu da SMP&B em nome de Zilmar. Ela foi quem repassou a ordem de saque para Davi – afirmou Valério.

O sistema de contratação das agências publicitárias pelo governo Lula, de acordo com o empresário, era comandado pelo então ministro da Secretaria de Comunicação de Governo, Luiz Gushiken, e por Marcos Flora, então secretário-executivo da instituição. No governo Fernando Henrique Cardoso, acrescentou, a tarefa teria cabido ao ministro Andrea Matarazzo e a Luiz Aurélio Gonçalves, secretário de Planejamento e Informação da Presidência da República no governo anterior.



**DESTINO** No depoimento à CPI, presidida por Amir Lando (E), Marcos Valério reafirma que empréstimo era para pagar despesas de campanha

## Começa hoje processo de cassação de José Dirceu

Começa hoje, na Câmara dos Deputados, o processo de cassação dos deputados José Dirceu (PT-SP), Sandro Mabel (PL-GO), Romeu Queiroz (PTB-MG) e Francisco Gonçalves (PTB-MG). O anúncio foi feito pelo deputado Ricardo Izar (PTB-SP), que preside o Conselho de Ética da Casa. Os parlamentares citados poderão renunciar aos seus mandatos até as 15h de hoje, quando será realizada reunião para escolher os relatores dos processos.

O presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, encaminhou ontem os pedidos de cassação ao Conselho de Ética. Anteriormente, ele havia anunciado que enviaria um a um, na ordem em que foram formulados,

os vários pedidos de cassação encaminhados desde o início da crise política. De acordo com Severino Cavalcanti, o conselho não teria condições de julgar, simultaneamente, muitos pedidos.

Os processos podem durar até 90 dias. Ricardo Izar já declarou que deve escolher entre os deputados Júlio Delgado (PSB-MG) e Nelson Trad (PMDB-MS) o relator do processo de cassação de Dirceu.

Já tramitam no Conselho de Ética cinco pedidos de cassação, envolvendo os deputados Roberto Jefferson (PTB-RJ), Sandro Matos (PTB-RJ), Newton Lima (PTB-SP), Joaquim Francisco (PTB-PE) e Alex Canziani (PTB-PR).

## Empresário revela 79 saques nas eleições de 1998

Marcos Valério apresentou ontem à CPI do Mensalão uma lista com 79 saques feitos por ocasião das eleições de 1998, quando o senador Eduardo Azeredo, do PSDB, foi candidato ao governo de Minas Gerais.

A lista apresenta alguns nomes entre parênteses, sem que tenha sido informado o que representam:

Júnia Marise..... R\$ 25 mil (Antônio Marun)	Humberto Candeias Cavalcanti..... R\$ 3 mil
Júnia Marise..... R\$ 175 mil (Maria Cristina Cardoso de Mello)	Nelson Antônio Prata..... R\$ 5 mil
Fábio Valença..... R\$ 91 mil (Jorge Calabria)	Aldimar Dima Rodrigues..... R\$ 10 mil
Maurílio Borges..... R\$ 125 mil (Uberlândia)	Silvana Vieira Felipe..... R\$ 8 mil
Márcio Luiz Murta..... R\$ 25 mil	Eder Antonio Madeira..... R\$ 12 mil
Vilda Maria Bittencourt..... R\$ 10 mil	Olavo Bilac Pinto Neto..... R\$ 20 mil
Arnaldo Francisco Penna..... R\$ 15 mil	Tarcísio Henriques..... R\$ 10 mil
Marcelo Jerônimo Gonçalves..... R\$ 10 mil	Helóisa Helena Barras Escomini..... R\$ 5 mil
Marlene Aranda Caldeira..... R\$ 20 mil	Wanderley Geraldo de Avila..... R\$ 21 mil
Obed Alves Guimarães..... R\$ 15 mil	Olinto Dias Godinho..... R\$ 20 mil
Carlos Welth Pimenta Figueiredo... R\$ 12 mil	Cláudio de Faria Maciel..... R\$ 7 mil
Naylor Andrade Vilela..... R\$ 12 mil	Ermínio Batista Filho..... R\$ 25 mil
Sebastião Navarro Vieira..... R\$ 9 mil	Rosane Aparecida Moreira..... R\$ 20 mil
Maurício Antônio Figueiredo..... R\$ 15 mil	Alencar Magalhães da Silveira Jr.... R\$ 10 mil
Clemente Sarmiento Petroni..... R\$ 15 mil	Maria Olívia de Castro Oliveira..... R\$ 15 mil
Martins Adélio Gomes..... R\$ 20 mil	Maria Angela Arcanjo..... R\$ 20 mil
Rosane Aparecida Moreira..... R\$ 20 mil	Francisco Ramalho..... R\$ 15 mil
Gilberto Rodrigues de Oliveira..... R\$ 25 mil	Ajalmar José Silva..... R\$ 15 mil
Custódio de Mattos..... R\$ 20 mil	Antônio Milton Sales..... R\$ 2 mil
Maria Aparecida Vieira..... R\$ 2,5 mil	Paulo Abi-Ackel..... R\$ 50 mil
Maria da Conceição Almeida Alves... R\$ 2,5 mil	Cantídio Cota Figueiredo..... R\$ 40 mil
João Manoel Rathsam..... R\$ 15 mil	Afonso Celso Dias..... R\$ 50 mil
José Roberto Del Calle..... R\$ 4 mil	Luiz Flávio Vilela Mesquita..... R\$ 50 mil
Grupo Hum de Propaganda e Marketing..... R\$ 10 mil	Cláudio Pereira..... R\$ 25 mil
Geruza Pereira Cardoso..... R\$ 12 mil	Gilberto Wagner Martins
Odair Ribeiro Vidal..... R\$ 15 mil	A. Pereira..... R\$ 25 mil
Ricardo Besotti Costa..... R\$ 20 mil	Romeo Anísio Jorge..... R\$ 100 mil
Geraldo Magela Costa..... R\$ 40 mil	Vagner Nascimento Júnior..... R\$ 30 mil
Baldonado Arthur Napoleão..... R\$ 3 mil	Jaldo Retes Dolabela..... R\$ 53 mil
Honório José Franco..... R\$ 20 mil	Cantídio Cotta de Figueiredo..... R\$ 15 mil
Antonio de Pádua Luna Sampaio..... R\$ 8 mil	José Pinto Resende Filho..... R\$ 7,5 mil
Elmo Braz Soares..... R\$ 6 mil	Francisco Rafael..... R\$ 15 mil
Sonia Maria Salles Campos..... R\$ 15 mil	(Luciano Claret Gonçalves)
Wilfrido Albuquerque Oliveira..... R\$ 20 mil	Renato Fraga..... R\$ 12,5 mil
Amílcar Viana Martins Filho..... R\$ 6 mil	(Marcus Vinicius Armont Nunes)
João Batista de Oliveira..... R\$ 7 mil	Nei Martins Junqueira..... R\$ 50 mil
Maria Eustáquia de Castro..... R\$ 11 mil	Roberto Arabe Abdanur..... R\$ 50 mil
Kemil Said Kumaiá..... R\$ 9 mil	Alfeu Queiroga de Aguiar..... R\$ 25 mil
José Augusto Ribeiro..... R\$ 9 mil	Alfeu Queiroga de Aguiar..... R\$ 25 mil
	Edson Brauner da Silva..... R\$ 20 mil
	Ivone de Oliveira Loureiro..... R\$ 20 mil
	José Pinto Resende Filho..... R\$ 15 mil
	Rui Resende..... R\$ 10 mil
	Luciano Claret Gonçalves..... R\$ 30 mil
	Total de saques..... R\$ 1.805.484,28

## Lista de sacadores de 2003 e 2004 é entregue à CPI

Ao depor ontem à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Mensalão, o empresário Marcos Valério encaminhou à Mesa dos trabalhos uma lista contendo os nomes de 31 pessoas autorizadas a fazer saques nas contas bancárias de suas empresas. Na lista, que também foi entregue ao Ministério Público, estão discriminados os valores que eram destinados a cada um. Veja os nomes:

Jacinto Lamas (PL), para Valdemar da Costa Neto (PL)..... R\$ 10 milhões	Delúbio Soares, Sílvio Pereira e Marcello Sereno)..... R\$ 4,9 milhões
Zilmar Silveira, para Duda Mendonça..... R\$ 15,5 milhões	João Cláudio de Carvalho Genu, assessor do deputado
Paulão, presidente do PT de Alagoas..... R\$ 160 mil	José Janene (PP-PR)..... R\$ 4,1 milhões
Deputado Paulo Rocha (PT-PA)..... R\$ 920 mil	Deputado Vadão Gomes (PP-SP)..... R\$ 3,7 milhões
Márcio Lacerda..... R\$ 457 mil	José Adelar Nunes, tesoureiro do PT-SC..... R\$ 50 mil
José Carlos Martinez, deputado do PTB, falecido em 2003..... R\$ 1 milhão	Carlos Magno, funcionário do PT-MG..... R\$ 774 mil
Deputado estadual José Nobre Guimarães (PT-CE)..... R\$ 250 mil	Deputado José Borba (PMDB-PR)..... R\$ 2,1 milhões
Marcelino Pires, tesoureiro do PT-RS..... R\$ 1,2 milhão	Vilmar Lacerda, presidente do PT-DF..... R\$ 235 mil
João Ferreira dos Santos..... R\$ 260 mil	Deputado Josias Gomes da Silva (PT-BA)..... R\$ 100 mil
Mauro Santos..... R\$ 260 mil	José Luiz Alves, chefe de gabinete do ex-ministro Anderson Adauto..... R\$ 1 milhão
Deputado Romeu Queiroz (PTB-MG)..... R\$ 350 mil	Carlos Cortegoso..... R\$ 400 mil
Deputado João Magno (PT-MG)..... R\$ 350 mil	Roberto Costa Pinho, ex-assessor do Ministério da Cultura..... R\$ 450 mil
Deputado Professor Luizinho (PT-SP)..... R\$ 20 mil	Deputado Bispo Rodrigues (PL-RJ)..... R\$ 400 mil
Manoel Severino (PT-RJ), ex-presidente da Casa da Moeda..... R\$ 2,6 milhões	Armando Costa..... R\$ 30 mil
Emerson Palmieri (PTB)..... R\$ 2,4 milhões	Carlos (Goiânia)..... R\$ 250 mil
Raimundo Ferreira da Silva Júnior, vice-presidente do PT-DF..... R\$ 370 mil	Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)..... R\$ 50 mil
PT Nacional (distribuído para várias pessoas, entre as quais	





Advogado apontado como intermediário de Waldomiro Diniz contesta acusações de ex-dirigentes de multinacional; comissão de inquérito decide chamar ex-ministro da Secretaria de Comunicação de Governo para explicar denúncias

## Buratti afirma que não recebeu propina da Gtech

O advogado Rogério Tadeu Buratti depôs ontem à CPI dos Bingos. Ele negou que tenha recebido propina para, a mando de Waldomiro Diniz, ex-asserador da Casa Civil, intermediar a renovação de contrato entre a Gtech e a Caixa Econômica Federal, em 2003, para operação do sistema de processamento de dados das apostas da rede lotérica.

Na semana passada, o ex-presidente e o diretor de *marketing* da Gtech, Antônio Carlos Lino Rocha e Marcelo Rovai, também em depoimento na CPI, acusaram Buratti de cobrar R\$ 6 milhões para facilitar a renovação do contrato entre a empresa e a Caixa.

– As acusações dos ex-dirigentes da Gtech são mentirosas. Nunca estive com o Lino Rocha e jamais mantive qualquer relação com Waldomiro

Diniz, o qual eu nem conheço, a exemplo de Carlinhos Cachoeira, Marcos Valério e José Dirceu – garantiu Buratti.

No entanto, a CPI já tem informações de que, entre 1º e 9 de abril de 2003, período em que o contrato foi renovado, Buratti e Rovai se falaram nove vezes, num total de quase oito minutos de conversa.

Buratti disse que a Gtech não o contratou para ser o consultor no processo de renovação do contrato e que jamais teve qualquer influência na Caixa. Lembrou que o documento foi renovado por 25 meses, com desconto de 15%, e afirmou estranhar que dias após a renovação do contrato a MM Consultoria Jurídica Administrativa tenha recebido R\$ 4 milhões da Gtech. Ele não soube explicar o motivo do pagamento.

Para o senador Antonio Car-

los Magalhães (PFL-BA), tudo leva a crer que Buratti “usou a amizade” do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Buratti foi secretário de governo de Palocci quando o ministro era prefeito de Ribeirão Preto (SP). Segundo ACM, Buratti fez tráfico de influência para tratar de assuntos da Gtech junto à Caixa. O advogado negou, dizendo que desde a sua demissão da prefeitura, em 1994, ao ser flagrado conversando sobre a distribuição de obras com um empreiteiro, “apenas manteve encontros ocasionais com Palocci, de caráter social”.

A CPI aprovou pedido do presidente do colegiado, Efraim Morais (PFL-PB), de auditoria fiscal nas contas bancárias de Buratti e da mulher dele, Elza, bem como acareação entre Rogério Tadeu Buratti, Marcelo Rovai e Lino Rocha.

### Efraim: só acareação dirá quem mente

Na opinião do presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Morais (PFL-PB), “só a acareação vai tirar essa dúvida: quem está mentindo?” O senador se referiu ao advogado Rogério Tadeu Buratti, que depôs ontem, e aos ex-dirigentes da Gtech que depuseram na última quinta-feira. Efraim afirmou que os depoimentos foram contraditórios e garantiu que a CPI vai realizar a acareação entre eles.

O ex-diretor de *marketing* da Gtech do Brasil Marcelo José Rovai informou à comissão que Buratti exigiu R\$ 6 milhões para que a empresa renovasse contrato com a Caixa relativo à operação da rede lotérica no país.

Efraim assegurou que a votação do requerimento da acareação será feita depois do depoimento do ex-asserador da Casa Civil Waldomiro Diniz. O senador disse que isso é necessário para que a comissão possa saber se Waldomiro também precisa participar da acareação.



**LIGAÇÃO** Quintans (à esquerda, ao lado de Efraim e Garibaldi) afirma na CPI dos Bingos que sua relação com Waldomiro foi estritamente profissional

### Quintans nega envolvimento com lobby para contrato

No segundo depoimento de ontem na CPI dos Bingos, o auditor da Caixa Econômica Federal e ex-gerente nacional de loterias da estatal José Luiz do Amaral Quintans negou envolvimento com o suposto *lobby* para a renovação do contrato da Gtech com a instituição na área de processamento de jogos lotéricos.

Quintans afirmou que seu relacionamento com Waldomiro Diniz, ex-asserador da Casa Civil, foi puramente profissional. Informou que conheceu

Waldomiro em 2001, quando este assumiu a presidência da Loteria do Rio de Janeiro (Loterj). Quintans disse que na época era auditor da Caixa e foi cedido pela estatal para trabalhar na Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro, à qual a Loterj é subordinada. Ele observou que provavelmente foi Waldomiro quem o indicou para a secretaria, mesmo não sendo seu conhecido. Para Quintans, seu nome foi sugerido por colegas que trabalharam com ele na Caixa Econômica.



**CHAMADO** A CPI que investiga denúncias nos Correios decidiu convocar ex-ministro para explicar contratos publicitários e influência em fundos de pensão

### CPI dos Correios aprova convocação de Gushiken

A CPI dos Correios aprovou ontem o requerimento de convocação do ex-ministro da Secretaria de Comunicação de Governo e atual chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência Luiz Gushiken.

Gushiken deverá dar informações sobre os contratos de publicidade dos Correios, sobre os quais paira suspeita de irregularidades. Ele vai ser questionado ainda quanto a sua influência sobre os fundos de pensão, que a CPI pretende investigar.

Também foram aprovadas as convocações de Emerson Palmieri, tesoureiro informal do PTB; Kátia Rabello, presidente do Banco Rural; Cláudio Mourão, tesoureiro da campanha do senador Eduardo Azeredo

(PSDB-MG) ao governo de Minas em 1998; Ivan Guimarães, ex-presidente do Banco Popular do Brasil; Marcelo Sereno, ex-secretário de Comunicação do PT; Marcos Flora, secretário-adjunto da Secretaria de Comunicação Social do Governo e Gestão Estratégica (Secom); e Rogério Tolentino, advogado e sócio do publicitário Marcos Valério.

O deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR) chegou a propor a oitiva de Aristides Junqueira, advogado do PT que cuida do caso do assassinato do prefeito de Santo André, Celso Daniel. Junqueira teria recebido R\$ 185 mil de Valério. Os parlamentares, no entanto, optaram por encaminhar as perguntas por escrito.

### Comissões farão reunião conjunta

O depoimento de Cristiano Paz, sócio do empresário Marcos Valério, acusado de ser o operador do “mensalão”, na agência SMP&B, será realizado hoje em reunião conjunta às 11h30 entre as comissões parlamentares de inquérito dos Correios e do Mensalão. A agência foi supostamente usada para repassar a políticos dinheiro de empréstimos feitos por Marcos Valério para o Partido dos Trabalhadores.

A audiência de Cristiano Paz, que estava originalmente prevista para ontem na CPI dos Correios, foi adiada a pedido do advogado dele, Marcelo Leonardo – o mesmo de Marcos Valério, de sua mulher, Renilda Maria, e da funcionária da SMP&B Simone Vasconcelos. Se tivesse comparecido à CPI dos Correios ontem, Paz deporaria hoje apenas na CPI do Mensalão.

### Jefferson Péres teme superposição

Durante reunião administrativa ontem na CPI dos Correios, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) defendeu a apuração, pela comissão, apenas dos casos de corrupção que envolvam os Correios, como determina o requerimento que lhe deu origem. O parlamentar teme a superposição das atribuições dessa CPI com a da comissão que investiga o pagamento do “mensalão”.

Jefferson Péres pediu que a CPI defina quem será convocado a depor e estabeleça uma cronologia para os próximos 30 ou 60 dias.

O senador ressaltou que a população está acompanhando atentamente a crise política e disse que é preciso dar uma satisfação à sociedade “o mais rápido possível, com agilidade”.

– O Brasil está eletrizado, preocupado com a possibilidade de pizza – afirmou.





Arthur Virgílio aponta inércia de Lula em relação a ações de Delúbio, Sílvio e Roberto Jefferson; Mercadante diz que é preciso evitar injustiças contra acusados; Fernando Bezerra, Tebet e Bornhausen sugerem medidas para evitar corrupção

## Tebet defende a reforma política como resposta à crise

A crise é fruto de uma legislação que precisa ser reformada, disse ontem o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), ao defender a realização imediata da reforma política como resposta à sociedade brasileira. Dada a proximidade das eleições, o senador sugeriu a alteração de pelo menos alguns pontos da legislação eleitoral, como

a fidelidade partidária, com o objetivo de acabar com os partidos de aluguel, “eliminando-se as causas do caixa dois”.

– Não se pode admitir que o Congresso esteja nos últimos lugares na avaliação da população. Está na hora de uma vacina ética que possa injetar os bons costumes na política brasileira. Não se pode perder

essa oportunidade para passar a limpo o Brasil – afirmou o senador.

Tebet ressaltou que a sociedade exige uma rigorosa apuração dos fatos e está desconfiada quanto à possibilidade de “acordão”, sem punição dos culpados. Apesar da crise política “sem precedentes na história republicana”, o sena-

dor acredita que o país evoluiu, uma vez que se encontra em pleno estado de direito “e ninguém ousa apontar uma outra saída que não a aplicação da lei”.

Ele condenou também os exageros nos gastos de campanha, já que para o eleitor interessa apenas conhecer as idéias do candidato.



**DESABAFO** “Está na hora de uma vacina ética que possa injetar os bons costumes na política”, diz Tebet

## Mercadante quer amplo direito de defesa a acusado

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), manifestou ontem satisfação com as declarações do relator da CPI dos Correios, Osmar Serraglio (PMDB-PR), de que não há ainda provas concretas para pedir a cassação dos 18 parlamentares listados pela CPI como envolvidos no suposto esquema do “mensalão”.

O senador frisou que, ao mesmo tempo em que há na sociedade um sentimento pelo fim da impunidade, o estado de direito estabeleceu princípios como o amplo direito de defesa e o contraditório. Para o senador, existem provas que podem induzir à cassação, mas não há um processo que permita à CPI formalizar o pedido de cassação.

Como participante da CPI do Orçamento, Mercadante lembrou que as provas docu-



**EXEMPLO** Mercadante: na CPI do Orçamento, pedidos de cassação foram feitos no relatório final

mentais contra os acusados eram abundantes, mas o ex-deputado João Alves, envolvido no esquema, teve amplo direito de defesa e somente no relatório final foram apresentados os pedidos de cassação. Durante o processo, alguns conseguiram mostrar sua inocência e preservar seus mandatos,

acrescentou.

Mercadante disse, ainda, que hoje alguns apontam a existência de injustiças naquele processo, como teria sido o caso da cassação do deputado federal Ibsen Pinheiro.

Em apartes, os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Mão Santa (PMDB-PI) e Cristovam Buarque (PT-DF) se somaram ao discurso de Mercadante. O líder do PFL, José Agripino (PFL-RN), ressaltou que os passíveis de culpa devem ir direto para o Conselho de Ética, onde terão amplo direito de se defender.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), observou que “é um conforto descobrir esse novo PT que fala em defesa e em contraditório”. O senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou ter votado contra a cassação de Ibsen Pinheiro.

## Virgílio estranha que PT não expulse Delúbio

Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, criticou a incapacidade do PT para expulsar seu ex-tesoureiro Delúbio Soares.

– A reunião da Executiva do PT foi lamentável porque, diferentemente do episódio ideológico envolvendo a expulsão da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) e de outros três deputados do PT, o partido não reuniu condições de mandar Delúbio Soares e Sílvio Pereira para a comissão de ética.

O senador lembrou que Sílvio Pereira, ex-secretário-geral do PT, saiu “porque quis”, sendo que Delúbio pediu a suspensão



**REPARO** Virgílio se espanta com o fato de Lula não reagir a ações de Delúbio, Sílvio e Roberto Jefferson

de sua filiação.

Virgílio criticou a decisão do presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, de reter o processo

de cassação do deputado José Dirceu e não enviá-lo ao Conselho de Ética (*a decisão foi revista mais tarde, ainda ontem*). Lamentou ainda o fato de a CPI dos Correios não haver enviado os nomes de deputados contra os quais já existem “indícios significativos” para a Câmara, visando à cassação ou não de mandatos.

Virgílio disse estranhar o fato de o presidente Lula não ter conseguido “ficar com raiva” de Delúbio Soares e Sílvio Pereira, nem “ficar agressivo” com o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ).

## Bornhausen propõe mudanças na lei eleitoral

Jorge Bornhausen (PFL-SC) destacou os principais pontos de projeto de lei que pretende apresentar alterando a legislação eleitoral. Sua proposição reduz custos, impõe maior transparência aos financiamentos e aumenta as penas por irregularidades.

O corte nas despesas de campanha deve passar por três frentes: encurtamento dos prazos para realização de convenções partidárias e registro de candidatos e comitês financeiros; simplificação do formato dos programas e diminuição do tempo de propaganda eleitoral no rádio e na TV; proibição de “showmícios” e de propaganda com faixas, *outdoors*, camisetas e bonés no dia da eleição.

O projeto estabelece limite para doação em dinheiro a partido ou candidato, fixando em 50 mil Ufirs para pessoa física e em 150 mil Ufirs para pessoa jurídica. Os partidos ficariam obrigados a divulgar sua movimentação financeira diariamente na Internet e a prestar contas da campanha 72 horas após o fim do período eleitoral.



**TRANSPARÊNCIA** Projeto de Bornhausen obriga partidos a divulgar gastos na Internet



**OBJETIVO** Fernando Bezerra deseja moralizar administração pública em nível federal, estadual e municipal

## Bezerra sugere medidas contra a corrupção

O senador Fernando Bezerra (PTB-RN), líder do governo no Congresso, sugeriu uma série de medidas que objetivam combater, em médio prazo, a corrupção na administração pública do país, “nos níveis, federal, estadual e municipal”.

Para tanto, enfatizou sua disposição para acolher propostas anticorrupção já existentes, exemplificando com o projeto do senador João Capiberibe (PSB-AP) que universaliza o acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), já aprovado no Senado e em tramitação na Câmara.

Fernando Bezerra defendeu a elaboração de leis contra a burocratização; projetos sobre a extinção de cargos em comissão em todas as esferas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; e a moralização dos processos de licitação, entre outras iniciativas.

– O objetivo maior do Congresso é permitir que a corrupção seja banida – sustentou o senador, observando que o país precisa de regras mais claras também para o processo eleitoral.



**PERDAS** Flexa Ribeiro afirma que obras como as eclusas do Tocantins não sairão do papel este ano

## Flexa Ribeiro cobra promessas de campanha

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) cobrou da União o ressarcimento pelas perdas de arrecadação tributária do Pará decorrentes da desoneração do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) das exportações. Segundo o senador, os prejuízos acumulados nos últimos 30 meses somam mais de R\$ 1 bilhão. Ele disse ainda que o estado não recebeu as obras prometidas pelo governo.

– Constatamos que obras como as eclusas do rio Tocantins, o asfaltamento das rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá e a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, não sairão do papel neste governo – lamentou.

## Representantes do Pará pedem apoio a Renan

Parlamentares e representantes de associações do Oeste do Pará reuniram-se ontem com o presidente do Senado, Renan Calheiros, para pedir apoio contra as “rigorosas normas ambientais” que, a seu ver, impedem o desenvolvimento da região. Eles disseram que existe o risco de um problema social grave na região, caso o governo continue atuando com tanto rigor junto à economia local.

Prefeita de Santarém, Maria do Carmo Martins Lima disse que dois pleitos foram apresentados a Renan. O primeiro, um pedido para que a Câmara aprove projeto já votado no Senado que cria o estado do Tapajós. O segundo, um apelo para que o presidente do Senado interfira no abrandamento da legislação ambiental, a fim de garantir postulações do setor madeireiro, que tem significativo peso na economia daquela região.

# Definida ordem de respostas no referendo

Sorteio realizado no TSE definiu o “sim” como opção número dois do eleitor no dia 23 de outubro

O “não” será a opção número um na urna eletrônica a ser utilizada no referendo que deixará nas mãos dos eleitores a decisão sobre o futuro do comércio de armas de fogo no Brasil. Esse foi o resultado do sorteio realizado ontem no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que contou com a presença do presidente do Senado, Renan Calheiros, e do deputado federal Alberto Fraga (PFL-DF), os dois expoentes políticos da consulta. O senador, na defesa do fim do comércio de armas, e o deputado, pela manutenção



**DEFINIÇÃO** O presidente do TSE, ministro Carlos Velloso, explica detalhes do processo eleitoral ao senador Renan Calheiros e ao deputado Alberto Fraga

do direito de possuir arma.

Renan Calheiros disse que o fato de a opção “não” aparecer em primeiro lugar não influenciará o resultado do referendo.

– Os últimos serão os primeiros e espero que isso se concretize no referendo. Nós sabemos que a violência tem muitas causas. Mas, se retirar-

mos as armas de circulação, vamos acabar com o chamado crime imotivado, que acontece em função de ter ali uma arma de fogo. Não tenho dúvida de que, após a campanha de esclarecimento, a cada dia haverá uma conscientização maior da população – afirmou.

Para Alberto Fraga, a ordem

## Senado deve votar hoje MP do salário mínimo

A Medida Provisória (MP) 248/05 – que em maio aumentou o salário mínimo de R\$ 260 para R\$ 300 – deverá ser votada hoje quanto ao mérito. A decisão foi tomada após acordo entre as lideranças do Senado. Na sessão de ontem, além de longo debate sobre o assunto, o Plenário aprovou em votação simbólica o caráter de relevância e urgência da matéria – exigência constitucional para as MPs.

Durante as discussões, vários senadores – como Heloísa Helena (PSOL-AL), Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC), Sérgio Cabral (PMDB-RJ) e Mão Santa (PMDB-PI) – protestaram quanto ao valor de R\$ 300, por

considerá-lo muito baixo. Por meio de um requerimento de preferência, Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e José Agripino (PFL-RN) solicitaram a votação do projeto de lei de conversão (PLV 19/05) que altera a MP 248/05 ao aumentar o salário mínimo para R\$ 310. Esse PLV fora rejeitado anteriormente na Câmara. Já Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) apresentou requerimento para votação de emenda que eleva o mínimo para R\$ 384,29.

O relator da MP 248/05 no Senado, Ney Suassuna (PMDB-PB), que deu parecer favorável à medida, argumentou que, se o mínimo ultrapassar os R\$ 300,

mais de 3 mil municípios não conseguirão cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Segundo Suassuna, cerca de 47,7 milhões de pessoas recebem o salário mínimo. Desse total, 31,7 milhões seriam trabalhadores do mercado formal, enquanto quase 15 milhões seriam aposentados amparados pelo Instituto Nacional do Seguro Social, o INSS.

O líder do PFL no Senado, José Agripino, esteve entre os críticos da MP 248/05. Ele – assim como outros senadores, entre eles Antonio Carlos Magalhães e Arthur Virgílio – lembrou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito com a promessa de duplicar o mínimo.

## Governo atende agricultor e LDO é aprovada em comissão

Depois de 40 dias de pressão, os agricultores foram informados ontem pelo Ministério da Agricultura de que o governo concordou em adiar para o ano que vem os pagamentos de agosto, setembro e outubro das dívidas de custeio de quem foi afetado pelas estiagens de janeiro e fevereiro. Com isso, a bancada ruralista suspendeu sua obstrução na Comissão Mista de Orçamento (CMO), presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), e o governo conseguiu aprovar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006. Os destaques

de emendas serão apreciados hoje, a partir das 15h.

A obstrução da bancada ruralista impediu que a LDO fosse votada até o final de junho, o que manteve o Congresso em funcionamento em julho. Quando parte das reivindicações dos agricultores já estava atendida, parlamentares que defendem interesses da área de saúde exigiram alterações no texto da LDO que trata dos hospitais universitários. O relator, deputado Gilmar Machado (PT-MG), acabou aceitando que os gastos dos hospitais universitários sejam bancados



**ESFORÇO** Comissão presidida por Mestrinho acata Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006

pelas verbas destinadas obrigatoriamente à saúde.

Outra novidade na LDO: os servidores públicos deverão ter em 2006 reajuste no mínimo igual ao crescimento do produto interno bruto (PIB) *per capita* deste ano, o que poderá representar um índice de 3%.

das opções também não influenciará o resultado.

– O cidadão que se sentir seguro vai votar “sim”. O cidadão que não se sentir seguro vai votar “não”. A Frente pela Legítima Defesa não defende que o cidadão compre armas para ir às ruas. Defendemos o direito do cidadão que não se sentir protegido de comprar uma arma para defender sua propriedade, uma vez que o Estado falhou e não lhe deu a devida proteção – disse.

### Espanha

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu a visita da vice-presidente do governo da Espanha, Maria Teresa Fernández de La Veja. No encontro, ele explicou como o Congresso está lidando com a crise política e as negociações em torno de uma reforma política.



**DESIGUALDADE** Crivella ressaltou que apenas 7 mil brasileiros detêm R\$ 800 bilhões nos bancos do país

## Crivella faz críticas à política econômica

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) criticou ontem, em discurso no Plenário, a política econômica do governo federal. Ele fez um alerta aos ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e do Planejamento, Paulo Bernardo Silva, para que atentem aos efeitos causados pela política econômica “desastrosa que tem gerado os maiores níveis de desemprego da história” do país.

Crivella ressaltou que 7 mil brasileiros detêm hoje nos bancos R\$ 800 bilhões. O parlamentar citou ainda dados da Receita Federal, segundo os quais 10.522 brasileiros possuem US\$ 82 bilhões em bancos no exterior. Ele criticou portaria do Banco Central que liberou a remessa de recursos para o exterior e lembrou que este ano o Brasil deverá pagar R\$ 150 bilhões de juros da dívida pública aos países desenvolvidos.



Jone Araújo



**TROCA** Durante reunião em que foi eleito por unanimidade presidente da CE, Camata (E) conversa com Augusto Botelho, vice-presidente do colegiado

## Patrimônio fóssil brasileiro pode ter normas de proteção

Parecer favorável ao projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que estabelece normas para a proteção do patrimônio fóssil brasileiro foi aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE). A matéria seguirá para análise da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O projeto (PLS 57/05) proíbe a transferência de fósseis para o exterior, exceto quando se destinarem a museus ou instituições de ensino. A proposição também define sanções administrativas e penais para o comércio irregular de material fóssil, com penas que variam de um a cinco anos de detenção,

além de multa.

De acordo com a proposição, os critérios para classificação de sítios arqueológicos deverão considerar a contribuição ao conhecimento científico, a preservação do equilíbrio ecológico e o potencial de reativação econômica das regiões.

A comissão aprovou ainda, em decisão terminativa, projeto de Aelton Freitas (PL-MG) que acrescenta o nome de Mário de Almeida Franco ao aeroporto da cidade mineira de Uberaba (PLS 153/05), além de oito decretos legislativos que autorizam a execução de serviços de radiodifusão comunitária em municípios da Bahia e de Alagoas.

## Camata é eleito presidente da CE

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) foi eleito ontem por unanimidade para a presidência da Comissão de Educação (CE). Ele substituirá o senador licenciado Hélio Costa (PMDB-MG), atual ministro das Comunicações.

Entre os principais temas a serem debatidos pela CE neste semestre, informou Camata,

estão a regulamentação dos novos serviços de telecomunicações, a televisão de alta definição, a reforma universitária e a aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações. Ele disse ainda que a comissão pretende discutir metas traçadas pelo Ministério da Educação para o ensino superior.

## Renan recebe plano de combate à desertificação

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o Programa Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente, de acordo com a Convenção Internacional de Combate à Desertificação, da qual o Brasil é signatário. O documento foi entregue pelo secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, João Bosco Senra, que assinalou a importância de uma ação

planejada para definir prioridades e orientar a aplicação dos recursos.

– O programa atuará em 11 estados, nove no Nordeste, mais Minas Gerais e o Espírito Santo. No Brasil nós temos o semi-árido e subúmido seco, onde estarão concentradas as principais ações – explicou o secretário. Ele informou ainda que áreas com degradação do solo, mesmo não sendo classificadas como semi-árido e subúmido seco, também serão beneficiadas.

# CAE aprova crédito para micro e pequenas empresas

■ Recursos serão disponibilizados pelo Executivo em programa que visa à expansão do setor

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai contar com garantia da União para contratar empréstimo de US\$ 1 bilhão junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com o objetivo de financiar programa de apoio às micro, pequenas e médias empresas. A mensagem que solicita autorização para contratação do crédito (199/05), no âmbito de convênio que poderá carrear recursos totais de US\$ 9 bilhões do BID em nove anos, recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Com o aporte da contrapartida de um terço pelo BNDES, o programa vai colocar inicialmente US\$ 3 bilhões à disposição das empresas. Os recursos serão repassados aos tomadores finais com custo de 1% mais a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). O relator da matéria, senador Osmar Dias (PDT-PR), em parecer favorável à mensagem do Executivo, chamou a atenção para os benefícios do programa sobre a expansão da capacidade produtiva instalada e do nível de emprego.

Para agilizar a aprovação da matéria, o relator emitiu parecer em uma semana. Apesar da crise política, Osmar Dias afirmou que o Parlamento não pode ficar paralisado e que não serão criados obstáculos a projetos do Executivo que tragam benefícios para o país.

– O governo pode estabelecer

relações de absoluta seriedade com o Congresso – salientou.

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo, agradeceu o empenho do relator e destacou sua isenção no exame da matéria. Ele também obteve aprovação para requerimento propondo que a mensagem seja apreciada com urgência em Plenário.

– Questões de natureza política não podem interferir no julgamento do mérito de matérias relevantes – disse.

O senador Fernando Bezerra (PTB-RN) pediu que o BNDES destine 25% dos recursos ao Norte, ao Nordeste e ao Centro-Oeste. Também se manifestaram os senadores César Borges (PFL-BA), Ramez Tebet (PMDB-MS), João Capiberibe (PSB-AP), Rodolpho Tourinho (PFL-BA), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Mão Santa (PMDB-PI).



**APOIO** Senadores da CAE acolheram requerimento propondo que a matéria seja apreciada com urgência pelo Plenário

## Verbas para saneamento e pesquisa agroalimentar

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou crédito de até 8,69 milhões de euros da instituição de fomento alemã KfW para o governo do Ceará financiar programa de saneamento básico que vai beneficiar 100 mil pessoas em diversas regiões do estado. A União será garantidora da operação.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) é a beneficiária de outro empréstimo aprovado pela CAE, no valor de US\$ 33 milhões, a ser contratado entre a União e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos serão empregados no Programa de Inovação Tecnológica Agroalimentar e Agroindustrial para o Futuro.

A comissão também acolheu requerimentos para que as duas operações de crédito sejam examinadas pelo Plenário em regime de urgência.

Também foram aprovados outros quatro requerimentos: o 32/05, de autoria dos senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Aelton Freitas (PL-MG), que visa verificar o cumprimento dos níveis de aplicação dos recursos de poupança em financiamentos habitacionais no Nordeste; o 33/05, de Sibá Machado (PT-AC), destinado à realização de audiência pública para debater o PLC 62/05, sobre a gestão de florestas públicas; e o 34/05, de Aloizio Mercadante (PT-SP), para a realização de seminário sobre as idéias do economista Celso Furtado.

## Quintanilha cobra atenção a regiões pobres

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) pediu ao Parlamento a retomada das discussões sobre as desigualdades regionais. Para ele, em decorrência das atividades das comissões parlamentares de inquérito (CPIs), assuntos igualmente relevantes para a população estão sendo esquecidos.

Ele destacou a importância da volta do funcionamento regular das comissões permanentes do Senado, independentemente das CPIs, argumentando sobre a necessidade dessas reuniões para o exame de matérias de interesses dos estados, principalmente daqueles das regiões mais pobres.

Célio Azevedo



Fotos: Jane Araújo



**HOMENAGEM** Renan Calheiros, entre José Roberto Marinho (E), Edson Vidigal e Max Hoertel, preside a sessão especial

## Senado comemora os 80 anos do jornal *O Globo*

Oradores destacam contribuição para desenvolvimento do país e luta pela liberdade de expressão

"Um órgão de imprensa inovador e sintonizado com a sociedade, desde a escolha do próprio nome, feita por meio de consulta popular", afirmou ontem o presidente do Senado, Renan Calheiros, na sessão especial do Plenário em homenagem ao jornal *O Globo*, pelos 80 anos de fundação.

Conforme Renan, "tudo o que ocorreu de realmente importante para a formação do Brasil contemporâneo pode ser situado nas últimas oito décadas, a começar pela Revolução de 1930", e foi acompanhado pelo jornal carioca. De acordo com o presidente do Senado, ao morrer, aos 98 anos, o então presidente da empresa, jornalista Roberto Marinho, "partiu com a consciência de ter contribuído decisivamente para colocar o Brasil nos trilhos da modernidade".

– No comando de *O Globo* e da Rede Globo, Roberto Marinho criou um modelo de homem público da esfera privada, sempre atento à necessidade da informação e da disseminação da cultura e do conhecimento.

Renan assinalou que, ao longo de 80 anos, o jornal acompanhou, refletiu e contribuiu decisivamente para as transformações que o país sofreu em busca da modernidade e do desenvolvimento.

Também falando na home-

nagem a *O Globo*, o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) disse que a história de *O Globo* é vinculada à do estado do Rio de Janeiro. O senador enfatizou que o jornal possui cadernos dirigidos aos bairros e às cidades do interior do estado, mas também tem preocupação com os acontecimentos mundiais.

– *O Globo* é universal sem deixar de ser local, disse o parlamentar. Cabral, que falou em nome do PMDB, ressaltou que o jornal completou 80 anos porque valoriza as pessoas que nele trabalham.

### Farol da imprensa

Já o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou que o aniversário desse diário é uma festa do Brasil e, consequentemente, do Senado, que não poderia deixar de comemorar a data.

– Se *O Globo* é um farol na imprensa brasileira, não há dúvida de que é uma coisa absolutamente principal para a vida do Rio de Janeiro. O profissionalismo tem sido a principal meta desse grande jornal, que é, sem dúvida, uma bússola da imprensa brasileira. Tudo que se observa de mais moderno na imprensa brasileira foi *O Globo* que iniciou – destacou.

O líder do governo no Congresso, Fernando Bezerra (PTB-RN), observou que o veículo carioca "luta pela liberdade de expressão e informação desde antes da Declaração dos Direitos Humanos, em 1948".

– Constatamos, ao longo desse tempo, que Roberto Marinho fez desse princípio a maior razão de ser do jornal, a que dedicou toda a vida – frisou

Bezerra. A seu ver, com a cobertura da crise atual, *O Globo* tem dados sucessivos exemplos de independência e isenção.

### Instituição

Em nome da liderança do PSDB, Tasso Jereissati (CE) disse que o jornal é uma referência da liberdade de imprensa no Brasil. Na sua opinião, *O Globo* já é considerado uma instituição dos brasileiros, por priorizar em sua atividade a liberdade, o profissionalismo, a informação, a transparência, a democracia e a honestidade.

O senador lembrou que o jornal foi o marco inicial das Organizações Globo e que a empresa passou por diversas fases da história do país com firmeza e personalidade.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), salientou que "uma instituição que sobrevive há oito décadas defendendo a liberdade de expressão num país como o Brasil merece atenção especial da sociedade". Além de citar o jornalista Roberto Marinho, o parlamentar fez questão de lembrar os repórteres que atuam na cobertura dos trabalhos do Congresso Nacional.

– Se olharmos para a história do Brasil nos últimos 60 anos, temos apenas três presidentes eleitos que terminaram seus mandatos. Portanto, grande instabilidade, longos períodos de exceção e de violação dos direitos de liberdade de expressão – disse Mercadante. O senador destacou que *O Globo* mantém o equilíbrio entre a responsabilidade do jornalismo investigativo e o direito de defesa.

## Software livre é essencial para o Brasil, afirma Serys

O *software* livre é essencial para desenvolver tecnologia e melhorar o nível de emprego, de renda e de educação da população brasileira. A afirmação foi feita, ontem, pela senadora Serys Shlessarenko (PT-MT), na abertura do 1º Encontro Federal de Software Livre para Municípios.

Participando do evento, que se realiza no Auditório Petrônio Portella, o presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, Sérgio Amadeu, citou o caso da cidade de Birigüi (SP). Nesse município, relatou, 200 fabricantes de calçados infantis criaram, juntos, um instituto de *software* livre para todas as empresas do setor.

Segundo Serys, o Brasil é o sétimo maior consumidor mundial de *software* e estimam-se em cerca de US\$ 10,4 bilhões os gastos por ano na compra de

*softwares*. Ela disse que a concentração do fornecimento de *software* proprietário em empresas de capital externo tem impacto, ao mesmo tempo, nos saldos da balança comercial e nas oportunidades de geração de emprego e renda.

A senadora, que preside a Frente Parlamentar Mista pelo Software Livre, mencionou a implantação, pelo governo federal, do Programa Brasileiro de Inclusão Digital, em parceria com diversas empresas estatais, como o Serpro, os Correios, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil.

Serys ressaltou ainda a importância do Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac), coordenado pelo Ministério das Comunicações, que oferece serviços avançados de informação às camadas de baixa renda.



**DEBATE** Serys Shlessarenko (à direita), que abriu o 1º Encontro Federal de Software Livre para Municípios, ouve exposição de Sérgio Amadeu

## Papaléo elogia programa de residência médica no interior

Papaléo Paes (PMDB-AP) elogiou ontem, em discurso, programa do Ministério da Educação que prevê residência médica em assentamentos da reforma agrária, áreas de quilombos remanescentes e periferias urbanas. Pela nova diretriz, a residência, que antes era oferecida apenas em hospitais, pode ser feita, agora, em locais onde há dificuldades para a fixação do médico, mediante uma bolsa-trabalho de R\$ 1.500.

O parlamentar lembrou que, no interior, o atendimento médico é deficitário, insuficiente ou de má qualidade, com grande carência de pessoal. Os médicos em início de carreira, acrescentou, tendem a se estabelecer nas capitais, que contam com melhores condições de trabalho.

Papaléo enumerou, entre as qualidades do programa, o atendimento à população carente e sua contribuição para a manutenção da diversidade cultural no país, ao direcionar a ação de jovens médicos para as minorias étnicas e sociais. Além disso, destacou a abertura de oportunidades para os novos profissionais.



**MÉRITO** Papaléo Paes destaca que iniciativa estimula a ida de médicos para regiões carentes

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Eduardo Siqueira Campos, Flexa Ribeiro, Garibaldi Alves Filho, Mão Santa, Marcelo Crivella e Jonas Pinheiro e pela senadora Serys Shlessarenko